



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo Relações Étnico-raciais, povos indígenas, população negra,
comunidades tradicionais e políticas sociais**

**Pesquisa e extensão com comunidades indígenas:
interculturalidade e decolonialidade na prática**

Leiliani de Castro¹
Mônica Kaseker²

Resumo: O artigo discute os caminhos trilhados no projeto de extensão Redes Digitais e a Memória dos Sábios e Sábias Indígenas nas Escolas Estaduais Indígenas do Norte do Paraná e na pesquisa de mestrado Trilhas interculturais na comunicação: um relato de viagem para ouvir as vozes ancestrais Kaingang e Guarani, desenvolvidos na Universidade Estadual de Londrina. Reflete sobre a prática da interculturalidade e da decolonialidade de pesquisadoras e extensionistas não indígenas junto às comunidades. A partir de referências decoloniais, especialmente pensadores indígenas, e da experiência em campo, propomos alguns protocolos de ação para a pesquisa e extensão junto a comunidades indígenas.

Palavras-chave: Pesquisa; extensão; comunidades indígenas; decolonialidade.

Abstract: This article discusses the methodology in the outreach project "Digital Networks and the Memory of Indigenous Wise Men and Women in Indigenous State Schools of Northern Paraná" and in the master's research "Intercultural Paths in Communication: A Journey to Hear the Ancestral Voices of the Kaingang and Guarani." It reflects on the practice of interculturality and decoloniality by non-Indigenous researchers and outreach projects with these communities. Based on decolonial references, especially from Indigenous philosophers, and empirical experience, we propose some action protocols for research and outreach programs with Indigenous communities.

Keywords: Research; outreach programs; indigenous communities; decoloniality.

1) INTRODUÇÃO

Nomeado de “Nhanemba e’kuaa uhn sahn jykre” em Guarani e Kaingang, o projeto de extensão Redes Digitais e a Memória dos Sábios e Sábias Indígenas nas Escolas Estaduais Indígenas do Norte do Paraná foi realizado entre 2023 e 2024 enquanto projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina, financiado pelo programa Universidade Sem Fronteiras. O projeto contou com uma equipe intercultural, com a participação de três estudantes indígenas como bolsistas e três não indígenas. Após uma etapa de formação, iniciou-se o trabalho nas comunidades onde foram realizadas dez oficinas, possibilitando debates sobre memória,

¹ Jornalista e bolsista da Proex – UEL, especializada em Comunicação e Cultura Política (UEL) e Mestre em Comunicação (UEL). E-mail: peschiera.leiliani@uel.br.

² Docente do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Sociologia (UFPR) e Pós-doutora em Comunicação (UFPE). E-mail: mkaseker@uel.br.



interculturalidade e produção audiovisual com 61 pessoas participando diretamente. Foram também realizadas sete gravações em vídeo, com seis anciãos e uma anciã, sendo entrevistados por familiares delas/les, membras/os das comunidades participantes das oficinas. Também foi produzido um manual de produção audiovisual trilingue. Todos os materiais produzidos foram disponibilizados para as escolas das comunidades utilizarem como material didático, já que a comunidade tem o direito constitucional à uma educação escolar diferenciada, específica, bilingue e comunitária, embora encontrem obstáculos de realizar esses pressupostos na prática. Uma das dificuldades é justamente a falta de materiais pedagógicos adequados.

Após o término das atividades do projeto, iniciamos essa pesquisa-partilha, percorrendo leituras, fogueiras, rodas de conversa, escuta de lideranças, atividades culturais, cosmologias e buscando revisitar as trilhas interculturais que levam aos lugares de memória e a sábios e sábias indígenas do Norte do Paraná. Neste artigo, apresentamos um recorte dessa pesquisa de mestrado, buscando destacar alguns aprendizados no sentido de decolonizar a pesquisa e a extensão que reúnam indígenas e não indígenas em suas atividades.

Inicialmente apresentaremos uma memória do projeto de extensão, em seguida situaremos as reflexões de pesquisa suscitadas por esta experiência em campo. Finalmente, buscaremos apresentar pistas para uma caminhada decolonial na pesquisa e extensão de sujeitos não indígenas com povos indígenas.

2) DESENVOLVIMENTO

O projeto de extensão

Uma equipe intercultural e multidisciplinar compôs o projeto. As atividades em conjunto e metodologias socializadas levaram à compreensão de que um coletivo havia sido formado a partir da equipe de bolsistas selecionada via edital. Os estudos sobre o racismo contra os Povos Indígenas abriram os trabalhos. Em consonância, aconteceu a primeira reunião com as comunidades, na Universidade Estadual de Londrina, apresentando a equipe e pensando os rumos do projeto a partir das demandas das terras Indígenas participantes: Apucarantina, Barão de Antonina, Laranjinha, Pinhalzinho e YwyPorã. Neste primeiro encontro, o projeto ganhou seu nome indígena, “Nhanemba'e kuaa ün sanh jykre”, referente à memória dos sábios e sábias.

Dentre os integrantes do coletivo, havia uma profissional recém-formada em jornalismo, três bolsistas indígenas, um Kaingang e dois Guarani, estudantes de Design Gráfico, Medicina e Psicologia e três bolsistas não-indígenas, todos cursando Jornalismo. A esta equipe inicial, somaram-se voluntários Indígenas e não-Indígenas das áreas de Serviço Social, Psicologia, Educação e Letras. Em dado momento, o projeto chegou a contar com 18 participantes.

Por meio de rodas de conversa, estudos de textos, debates sobre produções audiovisuais e encontros via *Google Meet*, a fase de formação que precedeu as viagens a cada um dos



territórios que visitou, para além do debate sobre o racismo contra Povos Indígenas, os temas: a) Etnocentrismo, b) Fronteiras Étnicas, c) Território e territorialidade, d) Aspectos históricos sobre povos Indígenas no Brasil, e) Aspectos sobre conceito de cultura, f) Política de Educação Escolar Indígena e Escolas Indígenas, g) Políticas afirmativas para povos Indígenas na educação superior – Comissão Universidade para os Indígenas (CUIA) e Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da UEL, h) Aspectos da cosmologia Kaingang, i) Aspectos da cosmologia Guarani, j) Territorialidades Indígenas e TIs na região norte Paraná, k) Memória das ações extensionistas da UEL nas terras Indígenas e l) Conceito de Memória.

A preocupação, nesta fase, era a de fornecer uma base formativa alinhada à causa Indígena, portanto política, e ética, em especial para os não-indígenas, afim de garantir visitas respeitadas a cada uma das TIs. A colonialidade ecoa até hoje em todas as instituições. Construir, de dentro para fora, uma universidade diferenciada e que se reconheça enquanto espaço de direitos e de circulação das sabedorias Indígenas era um alinhamento partilhado pelo coletivo.

Portanto, ainda que os estudantes selecionados tenham manifestado identificação com a causa, o grupo visitou parte da história de cada território, estudou a cosmologia de cada uma das etnias envolvidas e refletiu acerca da Educação Escolar Indígena.

Nessa etapa, uma das atividades foi uma teleconferência com o professor doutor Bruno Ferreira Kaingang, atualmente docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ele enfatizou, por exemplo, sobre a relação aprender-aprender, a qual consiste na troca de saberes em sala de aula, partindo de um princípio de reciprocidade. Todos ensinam e todos aprendem. Ele também abordou os métodos científicos ancestrais e ilustrou contando o caso da folha da mandioca brava “Eu acredito que os Kaingang fizeram vários experimentos, pois é tóxica. Tanto que precisa cozinhá-la três vezes: cozinha, cozinha de novo, soca no pilão, e cozinha novamente, vai tirando a água até chegar no ponto que dá para comer (Bruno Kaingang, 2024, p. 12). Segundo o professor, os mais velhos precisam assumir, de novo, “sua condição de narrador” das histórias Kaingang. “De contar para nós, para as nossas crianças e jovens, as histórias que contam as origens de nosso mundo, valores, costumes, crenças, cantos, rituais sagrados” (Bruno Kaingang, 2024, p. 10). A fala do professor Bruno foi publicada posteriormente em forma de artigo no periódico científico Serviço Social em Revista.

A fase de reflexões e estudos embasou as duas oficinas pensadas para as viagens aos territórios. Uma delas chamada “interculturalidade e memória”, sobre a importância dos mais velhos, sábios e sábias, bem como a relação entre a universidade e o território, e outra focada nas captações em vídeo das falas de sábios e sábias, a oficina de audiovisual. Ambas as oficinas foram realizadas com o apoio das escolas locais e eram abertas a todos que manifestassem interesse.

As viagens aconteceram em 2024, iniciando por YwyPorã, Terra Indígena Guarani e a



única não demarcada dentre as outras participantes. Sua área corresponde a 284 hectares e nela moram 184 pessoas. Lá encontra-se a Escola Estadual Indígena Nimboeaty Mborowitxa Awa Tirope, gerida pelo diretor Indígena Alex Nhandewa. Focada no Ensino Infantil e Fundamental, fica a 115 quilômetros da UEL.

Em seguida, o grupo rumou para Laranjinha (Tekoá Naráí), com 1 mil hectares e moradores pertencentes às etnias Guarani Nhandewa e Kaingang. Na Escola Estadual Indígena Tudja Nhanderu, de Ensino Infantil e Fundamental. Sua diretoria é não-indígena. Está a 130 quilômetros da UEL. Dados do IBGE (2022) informam que lá vivem 227 pessoas.

Por questões logísticas, daí para frente o coletivo percorreu o seguinte roteiro: passou um dia em Pinhalzinho, território Guarani, rumou para dois dias em Barão de Antonina (Kaingang), voltou à Pinhalzinho e encerrou as atividades passando um dia junto à comunidade de Apucarantina (Kaingang). A programação inicial, visando metodologias decoloniais de se fazer extensão, previa a duração de dois dias, pois dormir no território oportunizava a roda de conversa em volta da fogueira e a convivência com as comunidades para além dos momentos de trabalho.

Vivem em Pinhalzinho 140 pessoas (IBGE, 2022) e a Terra possui 593 hectares. A escola estadual Yvy Porã tem gestão Indígena, na pessoa do diretor Jefferson Gabriel Domingues. É a única, dentre as outras Escolas Estaduais Indígenas Guarani, que oferta os Ensinos Infantil, Fundamental e Médio. É a Terra mais distante da UEL, a 173 quilômetros.

Na T.I. Barão de Antonina há um forte trabalho de revitalização da cultura, liderado pela Escola Estadual Indígena Cacique Onofre Kanhgren (cujo diretor é Indígena Kaingang, Tiago Máfár Nogueira) e pelos mais velhos. A escola fica a 100 quilômetros da UEL e conta com os ensinos Infantil, Fundamental e Médio e tem 17 turmas e 151 matrículas. Dados do IBGE (2022) apontam 474 pessoas morando lá. Em razão da maior proximidade com terras Guarani, em Barão de Antonina há o duplo pertencimento étnico e a primeira língua é o português.

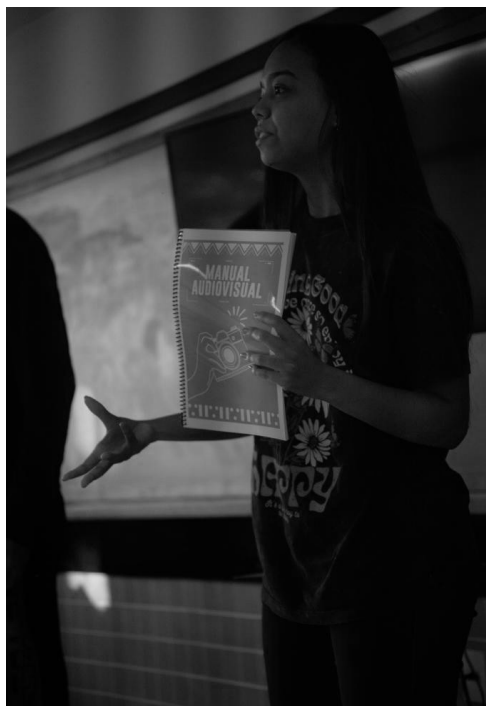
Em Apucarantina o português é a segunda língua, sendo o Kaingang a primeira. Está a 80 quilômetros da UEL, sendo 30 deles percorridos por estrada de terra. É uma das mais povoadas dentre todas as citadas. O Censo Demográfico de 2022 aponta 1.636 Indígenas e 12 não-indígenas vivendo entre as aldeias Sede, Serrinha, Barreiro e Água Branca. Duas escolas atendem à comunidade, ambas geridas por diretoras indígenas. A Escola Estadual Indígena Benedito Rokág (Ensino Fundamental e Médio) e a João Kavagtan Vergílio (Ensino Fundamental e Educação Infantil), respectivamente lideradas por Damaris Kaingang e Janaína Kuitá.

A equipe propôs dinâmicas para conhecer melhor as comunidades e os lugares considerados importantes para a sua cultura. As refeições, realizadas em conjunto e com o apoio das escolas, eram um marco nessa troca intercultural. Outras propostas eram as trilhas interculturais, também chamadas de “trilhas da memória”, atividade que oportunizou ao grupo se deslocar pelas terras. A comunidade selecionava e apresentava ao coletivo lugares que representassem algo significativo em sua trajetória. Deste modo, o projeto Redes Digitais



conheceu uma Casa de Reza Guarani (Oy guatsú), uma figueira centenária, centros culturais, uma caverna, uma trilha de armadilhas, entre outros espaços. Esta dinâmica de aprendizado envolvia o movimento, a caminhada, implicando o deslocamento para além da audição, visão, tato. Envolver o corpo todo nas relações de aprendizagem é uma metodologia decolonial que destacamos.

Figura 1 – Natalia Correia apresenta o manual audiovisual trilíngue



Fonte: Arquivo | Foto: Fábio Gonçalves.

O Manual Audiovisual Trilíngue surgiu a partir da primeira reunião com as comunidades, realizada em 2023 na UEL. O consenso entre diretores(as), caciques e pedagogos(as) foi o de que a universidade poderia contribuir com a formação de novos comunicadores indígenas, fortalecendo a iniciativa de captações audiovisuais nas escolas.

Durante o período de formação, o Manual foi tecido coletivamente pelos bolsistas e voluntários. Sob a coordenação da profissional recém-formada em Jornalismo, os estudantes deste curso propuseram capítulos, os quais eram revisados por colegas que desconheciam as técnicas audiovisuais. Esta colaboração foi importante, pois avaliava as dificuldades de compreensão presentes em cada capítulo.

Durante a escrita em português, observada a possibilidade de compreensão, os bolsistas Indígenas iniciavam a tradução para o Kaingang e o Guarani, sendo Caio No Sähn, Jhonifer Kaingang, Ana Lúcia Yvoty Martins e Rodrigo Tupã os autores deste trabalho desafiador.

A oficina de audiovisual fazia a apresentação do material, disponibilizando cópias impressas e digitais às escolas e, na sequência, propunha à juventude e aos professores um



momento prático, aplicando as dicas sinalizadas no material. Este produto, oferecido às escolas enquanto ferramenta pedagógica (CASTRO, 2026).

Naine Terena (2018), pensando sobre a relevância do audiovisual em Terras Indígenas, considera que hoje, em relação às narrativas orais do passado, “as memórias, danças, imagens, religiosidades, práticas alimentares, relação com o espaço territorial, com a natureza, com o universo em sua totalidade, são guardadas em áudio, em vídeos, em textos, fotografias” (Naine Terena, 2018, p. 96). Este contraponto a uma sociedade que utilizou a comunicação para reproduzir estereótipos, “homogeneizar culturas” e industrializá-las, torna-se uma ferramenta para que os Indígenas contem “suas próprias histórias uns para os outros”, eduquem seus jovens e preservem traços de suas culturas (Naine Terena, 2018, p. 96).

Segundo Costa e Galindo (2018), “para os povos indígenas, a apropriação dos meios de comunicação, sobretudo os de produção audiovisual, emerge como mecanismo chave para a preservação da memória coletiva e autodeterminação”. Lideranças de diferentes etnias têm agido “estrategicamente, no sentido de tornar o audiovisual um dispositivo central da afirmação cultural dos povos indígenas, propiciando a emergência de um cinema decolonial” (Costa; Galindo, 2018, p. 21).

Figura 2 – Oficina de interculturalidade e memória em Pinhalzinho



Fonte: Arquivo | Foto: Coletivo Redes Digitais.

A Oficina de Interculturalidade e Memória se dividia em dois momentos, na medida em que pensava “as possíveis ações para gerar essa aproximação com as pessoas e ventilar conhecimentos e diferentes modos de saber e de sentir o território” (Castro, 2026). Dentre elas,



figuravam “pedir para os mais velhos nos levarem a lugares importantes, fazer trilhas, nos reunir ao pé do fogo, cantar junto, ouvir histórias” (Castro, 2026).

As trilhas interculturais, refeições em conjunto e conversas em volta do fogo estendiam a oficina para além da sala de aula e do ambiente escolar, passeando por outros lugares e conhecimentos importantes. Entretanto, havia um momento a ser realizado na escola, oferecendo uma dinâmica com um tecido, seguida de uma roda de conversa. Ao início, as cadeiras eram dispostas em círculo. Ao centro, no chão, era posicionado um tecido redondo. Cada participante recebia um papel em branco para desenhar ou escrever acerca de elementos que representassem o que era “memória” e “interculturalidade”.

A oficina de interculturalidade e memória incorporava as noções de Cusicanqui (2021) de que, para além de uma teoria decolonial, o pensamento decolonial se constrói na prática e, na ocasião, coletivamente. Os objetivos do coletivo, ao aplicar esta oficina, eram: 1) encontrar perspectivas convergentes entre a equipe e as comunidades, 2) falar sobre a importância dos mais velhos e 3) identificar que elementos, pessoas ou objetos cada Terra elencava enquanto o pilar de sua cultura e existência (Castro, 2026).

Os tecidos, apresentados ao final do projeto, despontavam com similaridades e definições coletivas, a exemplo de “interculturalidade” conceituada em YwyPorã como o “diálogo entre culturas onde todas são respeitadas e valorizadas”. Em Laranjinha, surgiram muitas palavras em destaque, a maioria delas no idioma Guarani, a exemplo de “Ywy Marangatu³”, “Txondaro/Txondaria Kwery⁴” e “Nhanderu⁵”. Pinhalzinho iniciou o movimento de lembrar e registrar o nome dos mais velhos. “Januario”, “Sérgio Lourenço”, “José”, “Claudenise”, “Orlando”, “Reginaldo Alves”, “Cleusa Rocha” foram alguns dos nomes escritos pela comunidade. Nesta composição há o destaque para os momentos vividos na companhia dos mais velhos, dentre eles as histórias, as fogueiras e a apreciação de comidas típicas.

O Povo Kaingang, de Apucarantina, destacou elementos como “Fortalecer a cultura”, “Os nossos velhos”, “Grupos culturais”, “Festa do Pãri”, “Troca de saberes e memória”, além de desenhar araucárias, as marcas Kamé e Kairu e o Rio Tibagi, cortando o pano como um todo. “Resistência ancestral” e “escutar” são escritos encontrados no tecido desta Terra.

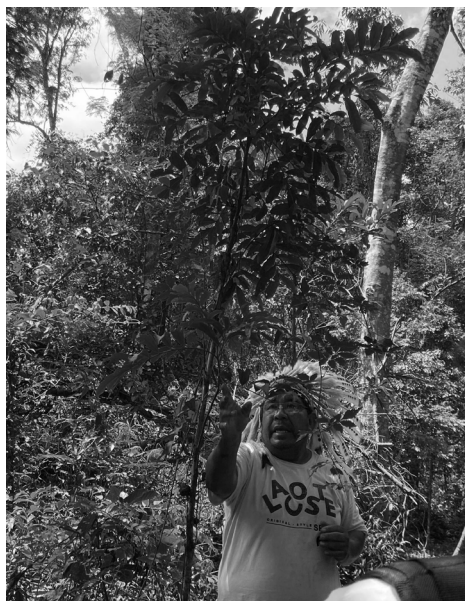
Em Barão de Antonina “Força”, “Determinação” e “Resistência” foram palavras predominantes no pano. A elas juntam-se desenhos de araucárias, desenhos com escritos, tais quais “uma das memórias mais importantes é o meu falecido avô”, em que a jovem Kynin desenha a si e ao avô Lourival ao lado de uma casa e de uma árvore.

Figura 3 – O sábio Luiz Jagjo Gino conduz a trilha de armadilhas em Barão de Antonina

³ Terra Sem Males. Na cosmologia Guarani, acredita-se que após a vida terrena, faz-se a passagem para lá. Como o nome já sugere, é um lugar onde os Guarani podem descansar e se despreocupar com doenças, fome, guerra, entre outras chagas. Neste pós-vida, os parentes se reencontram e celebram a alegria de um lugar melhor. A travessia é feita por meio de águas que levam até o lugar.

⁴ “Txondaro” refere-se ao ritual guerreiro tradicional Guarani de dança, defesa e fortalecimento. Já “Txondaria Kwery” faz referência às mulheres Indígenas guerreiras.

⁵ “Nhanderu” é traduzido pelas comunidades como “Deus”. Um ser supremo e criador.



Fonte: Arquivo | Foto: Leiliani de Castro.

Marlei Angélica Bento, cujo nome Indígena é Nênrá, é Indígena Kaingang pertencente à metade exogâmica kajru⁶ e vive na Terra Indígena Guarita, no Rio Grande do Sul. Seu trabalho compreende o território Indígena enquanto “lugar de memória e de conhecimentos” (2020, p.66). Sua pesquisa identificou que os Kofá, sábios Kaingang, tinham os lugares de memória como “lugares que carregam a história, as crenças e as lembranças dum momento passado, mas presente na memória afetiva dos Kófa, pois eles ainda guardam, reverenciam e praticam a relação com seus locais de memória” (2020, p.38).

Para Nênrá, tais lugares dizem muito sobre “o território tradicional, sobre todo o espaço geográfico o qual nossos antepassados ocupavam, mas principalmente, contam-nos sobre o tipo de relação e interação com esses espaços em épocas passadas” (2020, p.39). Determinadas localidades perpassam práticas sociais e espirituais e integram a memória viva alimentada pelos sábios e sábias. A proposta de compor uma trilha de memórias foi no sentido de aproveitar a oportunidade rara de conhecer os territórios e aprender a partir deles.

“Muito mais do que saber a geografia, a cultura, educação e política locais, por meio dos tecidos, seria possível presenciar os cenários de acontecimentos importantes, encontros cotidianos, histórias e causos” (Castro, 2026).

Figura 4 – Conversa em volta do fogo na Universidade Estadual de Londrina

⁶ Na cosmologia Kaingang, as metades Kamê (representada por riscos) e Kajru (representada por círculos) são complementares e trocam entre si. Todos os seres, animais e vegetais, pertencem à uma destas delas (Tommasino, 2004).



Fonte: Arquivo | Foto: Gabriela Hirata.

Figura 5 – Sábio Benedito Matias em gravação com Elionai Tapeidju – Tekoá Nãraí



Fonte: Arquivo | Foto: Coletivo Redes Digitais.



Para as próximas caminhadas

A colonialidade exerce controle sobre as esferas da economia, autoridade, natureza, gênero e sexualidade, subjetividade e conhecimento. A matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” e se reproduz também das dimensões do saber e do ser (Mignolo, 2010, p.12). Partimos de um propósito de decolonizar a extensão e a pesquisa, considerando a decolonialidade como a insurgência política, epistêmica e existencial, que não está focada somente na luta de classes, mas uma luta perspectivada pelos povos e comunidades racializadas (Walsh, 2013). Em nossos processos de trabalho, isso significa se colocar criticamente frente à lógica da colonialidade em busca de ressignificar o passado. Essa não é uma postura teórica, mas uma atitude prática que se coloca em curso e nos desafia.

Como não indígenas, prestamos atenção ao alerta da boliviana Silvia Cusicanqui, que tem ascendência Aymara, de que “não pode haver um discurso da descolonização, uma teoria da descolonização, sem uma prática descolonizadora, isso seria usurpar as lutas transformando-as em um discurso multiculturalista, um mudar para que nada mude. Também é importante lembrar a ideia de interculturalidade para Walsh, no qual nos baseamos para o desenvolvimento do projeto:

Como conceito e prática, a interculturalidade significa “entre culturas”, mas não simplesmente um contato entre culturas, e sim um intercâmbio que se estabelece em termos equitativos, em condições de igualdade. Além de ser uma meta para alcançar, a interculturalidade deveria ser entendida como um processo permanente de relação, comunicação e aprendizado entre pessoas, grupos, conhecimentos, valores e tradições distintas, orientada a gerar, construir e proporcionar um respeito mútuo, e um desenvolvimento pleno das capacidades dos indivíduos, acima de suas diferenças culturais e sociais (WALSH, 2005, p.4)

A partir dessa experiência vivida na extensão e na pesquisa, elencamos alguns aprendizados que podem compor um protocolo de práticas decolonizadoras em extensão e pesquisa com povos indígenas:

1) Extensão e pesquisa sob demanda das comunidades

Cada comunidade tem seus interesses e necessidades. Alinhar as propostas de pesquisa e extensão aos anseios comunitários deve ser prioridade. Esse quesito nos leva diretamente a um segundo ponto, que é a co-criação.

2) Co-criação coletiva

A universidade deve buscar o diálogo com as lideranças e representações internas das comunidades para que participem dessa construção coletiva dos projetos e de seus planos de trabalho, para melhor compreensão das demandas.

3) Papel do não indígena

Os extensionistas e pesquisadores não indígenas atuam como mediadores e facilitadores, focando no protagonismo indígena. Essa é uma política reparadora que constitui um aspecto importante da interculturalidade.



4) Presença de longo prazo

A presença de longo prazo junto às comunidades aprimora a escuta sobre essas demandas, aprofunda os vínculos e a confiança entre as partes. Geralmente, essa prática é difícil de ser atendida, visto que os prazos previstos em editais e projetos de pesquisa e extensão são de curta duração, um ou dois anos, em geral. Porém, estabelecendo uma sequência de projetos com as comunidades, é possível superar essa dificuldade. O projeto Redes Digitais e a memória dos Sábios Indígenas, por exemplo, foi o quinto em uma série iniciada em 2013 sempre coordenados pelo professor Wagner Roberto do Amaral. (Amaral; Kaseker, 2020; Carvalhaes et al, 2024)

5) Adequar-se ao ritmo e às dinâmicas de cada comunidade

Cada etnia e mais especificamente cada comunidade tem suas próprias características culturais, dinâmicas e calendários. A operação do tempo da universidade precisará se adequar aos ritmos e processos de cada comunidade.

6) Formar adequadamente a equipe

O preparo da equipe antes de ir a campo previne que a ação extensionista e de pesquisa reproduza estereótipos, exotizações e folclorizações sobre os povos indígenas. É importante no processo de decolonizar a universidade e valorizar as culturas indígenas, assim como outros modos de viver e de transmitir conhecimento.

3) RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como deve ser a universidade intercultural e decolonial? Como não indígenas atuando como extensionistas e pesquisadores junto aos povos indígenas é importante estabelecer uma vigilância epistemológica, política e étnica nos projetos desenvolvidos junto às comunidades indígenas. Neste caso, vale o alerta de Cida Bento (2022, p.77) para o fato de que há uma herança de dimensão simbólica, um imaginário construído há séculos por uma liderança hegemônica de homens brancos que naturaliza as posições de subalternização de outros grupos. É o que Bento chama de pacto narcísico da branquitude. Apreender nossos lugares e situar nossos papéis, reconhecendo privilégios de uns e ônus históricos de outros é o primeiro passo. Em uma universidade que ainda é predominantemente branca, é importante nos situarmos diante desse contexto.

O processo de decolonização de nosso *modus operandi* requer reflexividade constante, requer desconstruir formas de pensar, de agir e de nos relacionarmos com as diferenças impostas pela colonialidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto; KASEKER, Mônica Panis. **A comunicação audiovisual como**



ferramenta de fortalecimento da escola indígena. TEXTURA – Revista de Educação e Letras, v. 22, n. 51, 2020.

BENTO, Marlei Angélica. **Kófa: entre lembranças e os suportes de memórias nas narrativas de Kofá Kaingang da Terra Indígena Guarita – RS.** 2020. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O Pacto da Branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARVALHAES, F.F.; CASTRO, L.; KASEKER, M.P.; AMARAL, W.R.. **Redes digitais e a memória dos sábios indígenas.** +E: Revista De Extensão Universitária, 2024.

CASTRO, Leiliani de. **Trilhas interculturais na comunicação.** Um relato de viagem para ouvir as vozes ancestrais Kaingang e Guarani. Dissertação (Mestrado em Comunicação/PPGCOM) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

COSTA, Gilson Moraes; GALINDO, Dolores. **Produção audiovisual no contexto dos povos Indígenas: transbordamentos estéticos e políticos.** In: DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de (org.). Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2018.

CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores.** 1a ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

KAINGANG, Bruno Ferreira. **Cosmologia e Educação Kaingang:** o papel dos velhos. Serviço Social em Revista, v. 27, n. 3, p. 832-851, 2024.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica.** Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2010.

TERENA, Naine. **Comunicação e cultura: dimensão pedagógica das narrativas indígenas em audiovisual.** In: DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de (org.). Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2018.

TOMMASINO, Kimiye. **Homem e natureza na ecologia dos Kaingang na Bacia do Tibagi.** In: Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang. Londrina, Eduel, 2004.

WALSH, Catherine (Org.). **Pedagogias decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir (Serie Pensamiento Decolonial, Tomo I). Quito: Abya Yala, 2013.

WALSH, Catherine. La Interculturalidad en la Educación. Perú: Ministério de Educación, 2005. 74 p.